

UMA ANÁLISE DA ECONOMIA SOCIAL SOLIDARIA EM EXPERIENCIA DE AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASOS DA COOPAECIA E DA ECONORTE

AN ANALYSIS OF THE SOCIAL ECONOMY SOLIDARY IN FAMILY FARMING EXPERIENCE: A CASE STUDY OF COOPAECIA AND ECONORTE

Angel Calle Collado¹Fabio Schwab do Nascimento¹Recebido em: 31/01/2019
Aceito em: 26/03/2019fabio.schwab@gmail.com

Resumo: O intuito do artigo é compreender como a Economia Social Solidaria (ESS) pode contribuir para a sustentabilidade econômica, social, ecológica e política da agricultura familiar no Brasil. Para isso, serão expostas suas dimensões neste e as formas de se obter a viabilizar. Como metodologia foi realizado uma pesquisa de enfoque qualitativa com o uso do método de estudo de caso feito através de observação participante, entrevistas semiestruturadas abertas, reuniões e conversas e pesquisa em documentação de pesquisas já realizadas nas experiências. Foram escolhidas como focus para este estudo de caso as experiências da COOPAECIA e do Grupo e Agroecologia ECONORTE ambas localizadas no Rio Grande do Sul. Os resultados apontam que existe entre elas diferenças quanto a viabilidade produtiva ecológica em que a COOPAECIA apresenta melhores resultados. Quanto a viabilidade social e política ambas apresentam excelentes resultados. A viabilidade econômica em ambas se dá tanto na eleição dos canais de comercialização, comércio justo e partição em redes soma-se a isso na ECONORTE a questão do consumo consciente. Como conclusão a adoção da Economia Social Solidaria é uma das razões para que ambas as experiências demonstrem ter viabilidade produtiva ecológica, econômica, social e política.

Palavras-chave: Economia Solidaria; Agricultura Familiar;

Abstract: The aim of the article is to understand how the Social Solidarity Economy (ESS) can contribute to the economic, social, ecological and political sustainability of family agriculture in Brazil. For this, its dimensions will be exposed in this and the ways to be made viable. As a methodology, a qualitative research was carried out using the case study method done through participant observation, open semistructured interviews, meetings and conversations, and research in documentation of research already done in the experiments. The focus of this case study was the experiences of COOPAECIA and the Group and Agroecology ECONORTE both located in Rio Grande do Sul. The results indicate that there are differences between them as to the ecological productive viability in which COOPAECIA presents better results. Regarding social and political viability, both have excellent results. The economic viability in both occurs in the election of the channels of commercialization, fair trade and partition in networks adds to that in the ECONORTE the question of the conscious consumption. As a conclusion, the adoption of Solidarity Social Economy is one of the reasons for both experiences to demonstrate ecological, economic, social and political productive viability.

Keywords: Solidarity economy; Family Farming.

1. INTRODUÇÃO

¹ Universidad de Córdoba – UCO – Córdoba – Espanha.

A chamada modernização agrícola brasileira que adotou um modelo capitalista na agricultura baseado em uma produção que visava atender aos interesses econômicos de grandes corporações e não dos agricultores principalmente os da agricultura familiar causaram diversos problemas econômicos, sociais (exclusão) e ambientais.

A economia solidária enquanto forma de organização social, econômica e política emerge como uma alternativa a este modelo, através da geração de renda e emancipação social das famílias e sujeitos participantes dos empreendimentos econômicos solidários no meio rural

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como poderia a Economia da Solidariedade Social (ESS) contribuir para resolver estes problemas a através de sua adoção na busca de uma agricultura familiar sustentável em termo econômicos, sociais e ambientais. A partir do uso do método de estudo de caso de experiências de agricultores familiares no estado do Rio Grande do Sul buscou-se discutir a viabilidade produtiva ecológica, social, política e econômica.

O artigo será organizado em três partes principais. Na primeira parte, *Análises de Conceitos de Economia Social Solidaria*, estaremos aproximando e discutiremos os diferentes conceitos de economia social solidária, buscando compreender como estes se relacionam e nosso olhar sobre estes conceitos.

Na segunda parte, *Dimensões da ESS*, discutiremos as dimensões produtiva ecológica, social política e econômica compreendendo cada uma delas dentro da ótica da economia social solidaria.

Finalmente, na terceira parte, *Análises dos resultados*, buscaremos analisar dentro da articulação com as práticas de Economia Social Solidaria, como em cada experiência está se dando a articulação entre as distintas dimensões e sua viabilidade.

2. ANÁLISES DE CONCEITOS DE ECONOMIA SOCIAL SOLIDÁRIA

Quanto ao conceito de ESS existem distintas definições sobre seu significado: algumas mais ligadas a uma ideia de complementaridade ao capitalismo, e outras que trabalham dentro de uma perspectiva da superação gradual do capitalismo que pode ser meio da produção e economia ou mais além passando por mudanças sociais.

Na primeira definição temos os conceitos de Laville (1994), Laville e Roustang (1999), França-Filho e Laville (2004), Neto (2010), entre outros que coloca a ESS como um complemento para o capitalismo. Sendo uma forma de organização popular que visa combater a pobreza, garantindo alguns direitos sociais.

Outro conceito muito semelhante é o da ONU (2014) que a define como uma abordagem econômica que favorece a descentralização e o desenvolvimento local e é direcionada por valores éticos como a solidariedade, o comércio justo, a simplicidade voluntária e o Bem-viver. Além de ser holística no sentido de que as organizações, empresas e redes da ESS perseguem ao mesmo tempo uma combinação de objetivos econômicos, sociais, ambientais e emancipatórios. Tem a perspectiva de ser um modelo econômico que permitiria, a médio prazo, alcançar desafios e objetivos sociais e ambientais em nível internacional.

Em todos esses conceitos, temos a ideia de que a ESS é apenas uma forma alternativa de tentar tornar o capitalismo mais humanizado e que pense um pouco mais sobre as pessoas, mas sem querer terminar com o capitalismo.

A segunda definição é aquela que trabalha com a ideia da ESS como sendo uma forma de economia diferente da capitalista. Sendo que pode ser dividido em duas vertentes, uma que trabalha com mudança gradual de modelo e o outro com a quebra total do capitalismo.

A primeira está ligada aos conceitos de Lechat (2002), Ortiz Roca (2001), Singer (2003), Tauile e Debaco (2002) entre outros que trabalham com a ideia de organizar as atividades económicas através de relações de solidariedade, reciprocidade, auto-organização, coordenação, auto-gestão, cooperação, inclusão e evitando problemas económicos, sociais e políticos gerados pela economia capitalista.

Entendemos que está vertente da ESS é muito próxima a ideia anterior de humanização do capitalismo somente acrescentando algumas questões sociais e ambientais, mas ainda se concentra na organização da mudança gradativa através das atividades econômicas.

A outra vertente desta linha da ESS de superação do modelo capitalista pela ESS vai além de simples razões econômicas. Está dentro dos conceitos de Collado e Casadevente, (2015), Carpenter e Riechmann (2013), Collado (2005), Peres et al (2008) que a enfocam como um sistema econômico, político, social onde as pessoas e a comunidade são a razão do sistema e não o mercado.

Para isso adotam o Ecofeminismo, Economia de cuidado, Agroecologia como ferramentas para esta mudança a fim de procura atender as reais necessidades (bem-estar social e ambiental) da comunidade.

Para eles esta mudança será alcançada através da democratização da sociedade, igualdade salarial, responsabilidade compartilhada, ecologicamente produção de som, a divisão equitativa do tempo, a solidariedade, a lealdade, a interdependência, confiança, reciprocidade, redistribuição entre outros.

3. DIMENSÕES DA ESS

3.1 Dimensão Produtiva Tecnológica

Para Sachs (2002), a ESS busca enfatizar e respeitar a capacidade dos ecossistemas naturais de se reproduzirem como forma de manter e desenvolver os valores da sustentabilidade ambiental.

Para isso, no entanto é necessária uma mudança no atual modelo de produção agrícola que se tornou um dos responsáveis pela destruição dos agro ecossistemas locais devido a utilização de agroquímicos e sementes modificadas.

Esta mudança passa por adotar uma forma de produção sustentável que além de produzir os alimentos saudáveis também faça a recuperação e preservação dos agro ecossistemas naturais. Isso pode ser conseguido com a adoção da Agroecologia ou outras formas de alternativas de agricultura como a orgânica, biodinâmica, natural, biológica entre outras.

Para Fórum Brasileiro de Economia Solidaria (2013) esta produção de alimentos deve ser feita de modo agroecológico e não pensada para produzir em larga escala ou tão pouco fazer o uso de agrotóxicos ou transgênicos.

Este sistema produtivo tem que ser pensando com uma visão holística, isto é, obtido a partir de uma relação de reciprocidade e harmonia com o meio ambiente mediante o resgate e conservação de sementes nativas, diversificação da produção, entre outras. Deste modo se consegue tanto viabilizar o agricultor como também o meio ambiente.

A EES defende o direito dos agricultores usarem livremente a sementes sem ter que pagar royalties às grandes corporações ligadas ao Sistema Agroalimentario SAG) que hoje detêm o direito de uso e venda destas.

Além disso, é necessário trabalhar em conjunto com os consumidores com a ideia de "consumo consciente, responsável e sustentável" para garantir o equilíbrio ecológico dos ecossistemas.

Este consumo sustentável consciente de acordo com Almeida Ribeiro e Veiga (2011), Scherer e Poledna (2002) é aquele que procura que o consumidor compre somente produtos ambientalmente seguros, observando os impactos que podem ter no ambiente, tendo uma preocupação tanto com este como com seu bem-estar social.

3.2. Dimensão Social e Política

A dimensão social da ESS passa pela organização dos agricultores em cooperativas, associações, grupos mudando de uma ideia de individualismos para uma de coletividade na agricultura.

Diferente das atuais organizações de agricultores como as cooperativas que atualmente estão pensadas apenas em ser um apêndice integrado ao controle das grandes incorporações ligadas ao SAG.

Para Correa e Magri (2012) esta forma de organização da agricultura familiar partiria de um cooperativismo familiar solidário em que se trabalharia a inclusão socioeconômica através de ampliação de oportunidades para as famílias, acesso a mercados e geração de um desenvolvimento local e regional sustentável com uma participação horizontal e com controle social gerando uma nova organização mais justa e solidaria.

Esta organização está baseada em um cooperativismo social agroecológico, que não é apenas um associativismo econômica entre os participantes vai além de ser um modelo de produção, consumo, auto-gestão, independência, organização democrática, horizontalidade na tomada de decisões, auto formação, a integração no território de ambos os produtores bem como os consumidores.

Para si ter essa auto-gestão deve ocorrer mediante a igualdade de participação, legítima, ativa e efetiva em todas as discussões desde as questões operacionais, organizacionais até as financeiras da organização social (Cornelian, 2006).

Gaiger (2007) elenca que para atingir uma autogestão, as decisões coletivas devem ser tomadas pelos parceiros, ter uma gestão de contas transparente e que os parceiros possam monitorar e a participação diária dos parceiros na gestão do empreendimento.

A organização democrática da cooperativa significa que todos os agricultores têm a oportunidade de participar como cooperativas, não apenas como cooperadores, mas também como líderes.

Passa também pela democratização interna e participativa, na qual as decisões devem ter equidade e igualdade, independentemente do gênero, religião ou condição social dos membros.

A horizontalidade na tomada de decisões reflete a igualdade que todos têm, independentemente de fazer parte de alguns órgãos de gestão da cooperativa, não há pessoas cujas decisões prevaleçam individualmente no coletivo.

Além disso, a busca por solidariedade e cooperação mútua entre os membros são formas de tentar alcançar viabilidade social e política por meio da ESS.

Dentro destes processos de articulação de agricultores e consumidores, uma das questões importantes dentro da ESS diz respeito à centralidade do poder para a tomada de decisões e como o poder pode ser distribuído. Na visão desta deve ser feita através da democracia econômica, descentralização do poder, alta consciência e reconhecimento do poder e seu funcionamento.

Um dos pontos chaves dentro da organização em um ESS é a intercooperação que deve ser vertical e horizontal ou modular para os lados. Tanto os promotores quanto os usuários devem praticar a solidariedade com uma identidade coletiva através de comunidades que gerenciem de forma sustentável o ecossistema, o acesso a uma fonte de alimento ou a produção de sementes locais e adaptadas a um território. (Collado et al., 2017)

A viabilidade social e política também é feita trabalhando-se com a inclusão social das mulheres, povos tradicionais (quilombolas, indígenas, camponeses, agricultores familiares) e sem terras.

É por isso que a ESS atua nos processos de transformação social que enfrentam a desterritorialização, as desigualdades de gênero, raça e etnia inerentes ao atual padrão hegemônico de produção e distribuição agroalimentar do SAG.

Ferreira (2000) cita como exemplo as cooperativas do MST (Movimento Sem Terra) que trabalham com a organização cooperativada dos assentados como instrumento de luta de classes. Além disso, também podemos dizer que é uma luta entre o capitalismo e a classe trabalhadora.

Outro exemplo de trabalho com transformação social é a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) que, diferentemente da Organização Cooperativas do Brasil (OCB), trabalham com a ideia de articular e organizar os agricultores familiares em cadeias produtivas vinculadas à ESS (Alves e Saquet, 2014).

O processo de desterritorialização que passa o meio rural pode ser enfrentado pela visão da ESS com a articulação das ações da cooperativa no desenvolvimento do território, a fim de alcançar e estabelecer sinergias territoriais.

Quanto à igualdade de gênero na ESS, passa por uma maior integração social das mulheres ligadas à solidariedade, participação democrática e emancipação social principalmente no contexto familiar.

Para Oliveira (2008), ao se trabalhar com a ESS, estamos proporcionando à mulher uma justiça de proximidade, espaços de discussão, reflexão e deliberação coletiva, redefinição da articulação entre família, poder público, mercado e sociedade civil.

Outro ponto para trabalhar pelo sucesso da igualdade de gênero é a coletivização do cuidado entre homens e mulheres e o fim da divisão de trabalho por sexo o que é muito comum no meio rural que ainda dividi o trabalho entre os que são para os homens e os que são das mulheres.

Além disso, a viabilidade deve passar por uma articulação também de agricultores, consumidores e cooperativas através de redes solidárias de agricultores. Essas redes devem ter o cuidado de evitar a exploração dos trabalhadores, a falta de democracia e dominação cultural, deve preservar a natureza nos estádios que eram, o excedente deve ser compartilhado na rede, e trabalhar com os princípios de cooperação e colaboração. Através da autodeterminação e autogestão. (Aguiar, 2009; Mance 2002)

O objetivo dessas redes é unir os diferentes atores sociais para ter um movimento solidário ecológico transformador, atender às demandas dos atores de sua força de trabalho e demandas de consumo, bem como pensar as ações afirmativas de singularidade, ética, feminismo entre outras. É por isso que devemos evitar as estruturas capitalistas atuais que exploram o trabalho, o consumo e fazem a dominação política e cultural. Tudo para implementar novas formas não capitalistas de produção, consumo, organização coletiva, afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo conjuntamente as liberdades públicas e privadas exercidas eticamente. (Mance, 2004)

As redes de produção ou consumo fazem com que a economia local seja estimulada pela valorização do trabalho dos produtores locais. Eles são responsáveis porque a renda permanece na área local, formando assim uma cadeia de entrada de recursos e empregos. Com isso, eles podem superar a pobreza, fortalecer a organização de base, preservar o meio ambiente e restaurar as relações dentro da comunidade de solidariedade através da ESS e da agroecologia. Essas relações são tantos atores do campo quanto da cidade através de "alianças de pequenos espaços públicos autônomos ou de micro proximidade" (Aguiar, 2009, Pérez Orosco, 2004, Fraisse, 2004, Laville, 2004).

Desta forma segundo Aguiar (2009) com a formação das redes se fomenta as trocas de conhecimento, sementes e tecnologias fazendo com que seu uso seja valorizado. Nelas os processos de circulação dos produtos são importantes e o excedente tem valor de uso ocorrendo nos mercados alternativos e entre alianças de produtores e consumidores (Ottmann, 2005; Razeto, 2007).

Para Collado et al. (2017) essas organizações devem ser orientadas para a reprodução dos bens comuns, de uma reinterpretação do cooperativismo através da coletivização e redistribuição econômica. No entanto, devem ter cuidado com a fragilidade do trabalho e não reproduzir o modo de pensar e agir de uma economia convencional.

A construção da viabilidade política pode ser feita com a adoção de novas políticas que incorporem os princípios da sustentabilidade como forma de construir práticas de vida mais sustentáveis, como, por exemplo, o programa de alimentação escolar. (Grisa et al, 2010).

3.3 Dimensão Econômica

Na ESS, a organização de empreendimentos solidários (cooperativa) não trabalha com a visão de lucro da produção, mas sim de conseguir um excedente econômico resultante da comercialização de seus produtos.

Para Collado (2005) Cuellar Padilla e Calle Collado (2009) somente através da resistência camponesa, alimentar, ambiental fundada em uma economia solidária que se consegue uma soberania alimentar que deve ser trabalhada mediante uma extensa democratização do ambiente de produção.

Uma das formas de alcançar a viabilidade econômica na ESS é através da construção dos chamados mercados econômicos solidários, com base nas estratégias de comercialização promovidas nos chamados Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) que são aqueles que têm no máximo um intermediário entre o agricultor e os consumidores formados pelas feiras de agricultores.

Segundo Finatto estes CCC podem ser divididos em 2: os que fazem a venda direta (feiras de agricultores, vendas na propriedade, cestas individuais ou coletivas, vendas para grupo ou cooperativas de consumidores, mercados institucionais, etc.) ou a venda indireta (lojas especializadas em produtos ecológicos ou naturais, restaurantes, etc.).

Um exemplo são as chamadas "cestas básicas" que são produtos da safra vendidos em pequenos lotes semanais para todos os membros da cooperativa ou associação de consumidores, desta forma, a produção é dividida igualmente evitando que você tenha excedente O preço da cesta é decidido no coletivo e não depende da quantidade de legumes recebidos, é outra forma de cota para o sustento do projeto. Tornar-se uma maneira de se integrar e gerar interesses comuns e não se opor à produção e ao consumo. (Cuellar Padilla e Calle Collado, 2009)

A viabilidade também é conseguida ao se trabalhar com que Singer (2002) chama de comércio justo e solidário, que é entendido como "o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais, que resulta no protagonismo dos empreendimentos econômicos e solidários (SES)". A participação e o reconhecimento de sua autonomia este movimento amplia as possibilidades de apoio que a sociedade organizada e solidária pode oferecer aos produtores rurais e urbanos, desde que organizados e produzidos solidariamente.

Comércio justo também funciona segundo Souza (2008) quando o consumidor reconhece o trabalho do agricultor fazendo o chamado "pagamento justo" de seus produtos devido às suas características especiais de qualidade que possui algum tipo de certificação (selo, etiqueta etc...) que identifica esse produto.

O comércio justo procura transformar as estruturas e práticas comerciais em favor dos pobres e desfavorecidos, especialmente no sul. Através da construção de colaborações comerciais baseadas

na igualdade e transparência, o Comércio Justo contribui para o desenvolvimento sustentável de produtores marginalizados, trabalhadores e suas comunidades. Através da demonstração de alternativas ao comércio convencional e outras formas de lobby, o Comércio Justo "capacita" os cidadãos a pressionar por um sistema de comércio internacional baseado em procedimentos justos (Cuellar e Reintjes, 2009: 197).

Todo esse trabalho com o CCC, o comércio justo e a solidariedade servem para democratizar ainda mais os alimentos, além de facilitar e popularizar o acesso a produtos agroecológicos ou sustentáveis.

O fortalecimento dos agricultores, através da valorização de seus conhecimentos e produção, a produção saudável de alimentos e a comercialização de seus produtos diretamente ao consumidor, são bases da economia solidária. Ser uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário, com geração de trabalho e distribuição de renda, através do crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. (FBES, 2010)

Collado *et al.* (2017) defendem que dentro das experiências de comercialização na ESS, que devem trabalhar para construir circuitos econômicos locais e pensar o mercado para essa realidade. Além disso, devem incluir indicadores ambientais nos balanços e auditorias sociais do ESS. Um dos problemas apresentados em muitas experiências é que o cuidado ambiental fica aquém de questões como democracia ou redistribuição.

4. METODOLOGIA

Sampieri *et al.* (1994) afirmam que a escolha do método de pesquisa depende de dois fatores principais: o estado de conhecimento do assunto investigado na literatura e a abordagem que o pesquisador pretende dar ao seu estudo. Em relação ao primeiro, existem muitos trabalhos na literatura relacionados ao tema Economia Social Solidária.

Por essa razão, a abordagem adotada por esta pesquisa terá como objetivo avaliar a viabilidade produtiva, econômica e social da experiência da agricultura familiar que trabalha com Economia Social Solidária.

Para abordar o objetivo proposto, optou-se pela utilização de uma perspectiva metodológica participativa, com abordagem qualitativa, para adequação à pesquisa, a fim de alcançar o objetivo pretendido.

Dentro desta perspectiva o método de estudo de caso foi o adotado por duas razões, a primeira pois segundo Yin (1994), o método de estudo de caso é empírico em que múltiplas fontes de evidência são usadas e investiga um fenômeno contemporâneo inserido em seu contexto real, quando não há uma fronteira clara entre o fenômeno e o contexto. E a outra pois é um método que faz sentido quando há uma problematização do tema que começa com um "porque" ou "como" e que os objetivos e o arcabouço teórico da pesquisa são claros. (Meirinhos e Osorio, 2010).

A pesquisa foi realizada na cooperativa AECIA na cidade de Antônio Prado e no Grupo de Agroecologia ECONORTE na cidade de São José do Norte Ambos no estado do Rio Grande do Sul

no ano de 2018. Os sujeitos participantes da pesquisa foram os gestores das experiências e os agricultores participantes delas.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica através de leitura de trabalhos já realizados nas experiências e dados secundários como forma de conhecer melhor cada uma delas.

Após foi realizada a técnica de observação participante (OP) que serve segundo Gonzales Calo (2017), Guber (2001), Jociles, Piqueras e Rivas (2002) para que o pesquisador observe e participa da pesquisa em visão holística, reflexiva e interpretativa. Os dados coletados têm a função de responder aos objetivos da investigação.

Para realizar o OP, as seguintes fases serão seguidas:

- I) Observação primária ou inicial - o pesquisador gasta um período de tempo fazendo observações onde se olha, ouve e sente as interações formais e informais existentes;
- II) Observação com alguma participação - continua fazendo observação, mas o pesquisador já começa a interagir com as pessoas, observando suas ações e falando. Ele faz perguntas sobre o que ele observa;
- III) Participação ativa porque você já conhece a situação e seu contexto com alguma observação, mas está diminuindo porque o objetivo é aprender com os atores através da participação direta em suas atividades. O que é observado é documentado;
- IV) Reflexivo - é feita a organização e análise dos dados e também a confirmação dos resultados com as pessoas ou comunidades estudadas. Neste estágio de avaliação pode ser o investigador e dois agentes sobre os resultados está feito, sintetizando os resultados encontrados por observações por caixa de dados representativo, de modo relacioná-los mais honesta possível lata. Registre suas observações e experiências.

Os dados produzidos através do OP destinavam-se a responder de certa forma aos objetivos da investigação.

Juntamente também foi realizada outra técnica que foram as entrevistas abertas semiestruturadas – que para Gordian (2014), Ortíz (1998) a utilizam desta técnica serve como uma maneira de fazer um melhor diálogo entre as partes, a fim de alcançar conversação contínua e argumentativa que não fique com perguntas já prontas sobre o assunto.

Dessa forma, você pode ter um diálogo face a face, direta e espontânea entre entrevistador e chaves informantes (agentes experiência, agricultor, etc.). Meirinhos e Osório (2010) têm a característica de não ter uma ordem predeterminada de fazer as perguntas contrárias de acordo com as respostas do entrevistado se ele coloca as questões.

Para proteger os entrevistados, além de explicar a confidencialidade das informações fornecidas, optamos por não os identificar, e é por isso que usaremos somente como sendo agricultor(a) ou agente da experiência.

Para terminar a pesquisa a campo foram usadas também reuniões e conversas - participação em reuniões e conversas com agentes ou entidades externas que ajudam as experiências a compreender as influências daqueles nas experiências.

Foi realizada ao final uma análise e interpretação de todos os dados coletados que consistiu em relacionar os dados coletados com o objetivo da pesquisa possibilitando assim as conclusões do trabalho.

5. ANÁLISES DOS RESULTADOS

5.1 Associação dos Agricultores Ecologistas Ipê e Antônio Prado – AECIA

A) Viabilidade produtiva ecológica

Quanto à viabilidade produtiva ecológica na experiência desde o início, havia uma preocupação tanto dos agricultores com a sua saúde como com a dos consumidores, por isso optaram por trabalhar com uma agricultura alternativa ao modelo convencional.

Essa alternativa agrícola escolhida foi a Agroecologia, onde o alimento poderia ser produzido sem a necessidade do uso de agrotóxicos, preservando o meio ambiente e os agroecossistemas. *Protejo as áreas de proteção permanente, não uso veneno, tenho diversificação na propriedade. (agricultor da AECIA). Como foi falado, grande parte da área que tenho não é usado para poder proteger a natureza e com isso a biodiversidade na área. (agricultor da AECIA).*

A cooperativa produz os alimentos com uma visão distinta que é a de não aumentar a produtividade através do uso intensivo de pesticidas e organismos geneticamente modificados para atender aos interesses somente do mercado (SAG).

O trabalho de conscientização sobre a importância da produção agroecológica é feito diretamente com os consumidores nas feiras ecológicas de produtores de Porto Alegre e Caxias do Sul. *“Tem pessoas que ainda chegam na feira e perguntam como consegue produzir sem usar veneno. Só que não é tão simples explicar ao consumidor o que é agroecologia. É um processo prolongado que vai desde a adubação verde, cuidados do solo, biofertilizante, que não é só não usar veneno, que tem uns cuidados na produção também.” (agricultor da AECIA).*

“Uma das coisas ao falar com o consumidor para explicar ao consumidor é fácil de fazer, eu cito bastante o caso da cenoura no momento que eu estou produzindo uma cenoura eu faço semeadura, a parte da limpeza que é a mais complicada porque faço tudo a mão, tudo arrancado a mão, no máximo no meio dos canteiros se passa a enxada, já o pessoal do convencional vai lá e passa um secante então ali a diferença é muito grande, principalmente na parte da limpeza, a questão da própria adubação o custo que tem o pessoal da convencional é muito mais barato do que o custo do orgânico. Então isso já te dá uma diferença muito grande no custo (valores), então desta forma eu vou explicando.” (agricultor da AECIA).

A cooperativa utiliza a terminação “100% de propriedade ecológica” que definem como sendo uma propriedade onde: é organizada com base no conhecimento do agroecossistema, que conheço da terra e para isso deve conservar e preservar, tem relacionamentos humanizados entre pessoas que trabalham na propriedade.

As propriedades são bastantes diversificadas tendo desde hortaliças, frutíferas, plantas anuais diversas. Também faz uso de adubo orgânico, compostagem, uso de sementes adaptadas a

região, consorciação entre plantas. Além de trabalhar com a gestão conservacionista de suas propriedades através de cultivo mínimo, plantio direto, proteção de fontes de água, adubação verde, rotação de culturas, entre outros.

B) Viabilidade social e política

Como forma de trabalhar coletivamente, os agricultores da experiência optaram em um primeiro momento por formar uma associação mais ou com o passar do tempo decidi mudar isso para uma cooperativa.

A organização democrática e autogestão na AECIA acontece na experiência com a participação de todos os cooperados na organização da gestão não tendo a participação na gestão de pessoas externas à cooperativa.

A autogestão da experiência é dada através do modelo organizacional, onde os agricultores decidem sobre o futuro da cooperativa e detêm o poder sobre seus representantes, gestores / presidentes, investindo na lógica das cooperativas tradicionais.

A democratização na tomada de decisões da cooperativa é caracterizada por uma grande participação de agricultores nas assembleias e outros espaços de tomada de decisão. Nessas decisões, todos os membros têm o mesmo peso em seus votos, independentemente de participarem ou não de algum órgão da cooperativa.

Quanto à democracia dentro da cooperativa, pode-se observar, por exemplo, na escolha dos canais de produção que pretende participar e no modo de produzir ser livre para cada cooperador dessa escolha.

A cooperativa, embora tenha uma estrutura baseada em cooperativas tradicionais e órgãos como a coordenação geral composta por quatro associados, com as funções de coordenador e vice-presidente, secretário e suplente.

Diferente das cooperativas tradicionais, também possui uma comissão de ética que é composta por três sócios eleitos em assembleia com a responsabilidade de atuar nas relações entre parceiros e consumidores.

A socialização dos resultados é feita na assembleia geral, mas também pode ser consultada na própria sede da cooperativa que tem esses dados disponíveis para os associados que desejam conhecer ou que não puderam participar dela

Além da organização dentro dos princípios da democracia e autogestão, a cooperativa também apresenta outras características da ESS que são a solidariedade, cooperação entre os agricultores, formação dos agricultores e agricultoras.

Em relação à solidariedade entre os participantes da experiência, isso acontece por meio de uma distribuição justa dos lucros, melhoria das condições de vida, responsabilidade ambiental e desenvolvimento da economia local.

Uma das formas de solidariedade entre os agricultores é através das mudanças de favores na experiência que ocorrem das seguintes maneiras; em algumas propriedades há uma associação entre a cooperativa associada a outros agricultores ou trabalhadores ("meeiros") "meeiros" para produção. O que se faz é que o agricultor entra com as terras e com a força de trabalho e há uma divisão entre as partes do que é produzido.

Outra forma é a troca de favores quando um dos associados precisa ajudar a resolver algum problema na produção, por exemplo, recorrer aos outros para saber se já tiveram esse problema e como foi resolvido. *“Temos atividades coletivas e também as reuniões e conversas ocorre está troca de ajuda entre os associados. Por exemplo quando tem carregamento de produtos o pessoal vem ajudar.” (agricultor da COOPAECIA).*

Nas agroindústrias que são coletivas para uma mudança de favores desde a questão do planejamento da produção até como será feita a atividade de agroindustrialização dos produtos e quem será responsável por cada um deles.

Essa transformação e a autodeterminação social são alcançadas por meio da inclusão daqueles agricultores familiares que, se não fossem pela experiência, seriam excluídos do campo.

Sendo a forma de contribuição dos agricultores com a experiência não só acontecendo pela produção mais também com as ajudas dadas a outros agricultores por meio de mudanças de favores.

A cooperação existente entre os agricultores dentro da experiência ocorre, por exemplo, quando se faz a construção do mercado em que a produção de todos se soma a ter um volume constante e com isso é mais fácil acessar certos mercados que individualmente seriam impossíveis.

A cooperativa também trabalha com a capacitação dos agricultores e funcionários por meio de reuniões, cursos, troca de experiências entre agricultores da experiência e outras experiências que também funcionam da mesma forma, além de eventualmente termos a ajuda do SEBRAE e da EMATER nesses treinamentos.

“Os funcionários a gente acha importante também participar e fazer cursos pois com isso adiciona muito a experiência porque eles criam novas ideias que podem colocar em prática, bem como para a questão pessoal, é muito importante.” (agente da experiência)

Esta formação não só é importante quanto a conhecer e aprender técnicas como para que os agricultores da cooperativa tenham também em sua formação a criação de um sentido de ativistas políticos que se apropriam de um discurso de compromisso com a mudança.

Quanto a perspectiva de gênero na experiência, a participação das mulheres é muito ativa e igual perante os homens, embora na maioria dos casos os homens sejam parceiros, eles têm a opinião consultada por eles na tomada de decisões na cooperativa. Mesmo ocorrendo também dentro do organograma organizacional da cooperativa.

Dessa forma, trabalha com a reintegração social das mulheres, possibilitando a redução das desigualdades sociais e de gênero, possibilitando sua emancipação.

Em relação à territorialização está se trabalhando de acordo com Sousa et al (2012) ao fazer e promover o processo de transição agroecológica e agricultores familiares, assim, incentivar o desenvolvimento local sustentável tem.

Outra maneira de trabalhar o ESS em Empreendedorismo é através de sua natureza territorial da inclusão cidadã dos agricultores que tentam melhorar a qualidade de vida, não apenas em valores econômicos, mas em adaptar o desenvolvimento humano para os pontos fortes e especificidades das condições locais

Também para o desenvolvimento da ESS tem uma relação de trabalho com outras cooperativas, associações de agricultores, tanto do Rio Grande do Sul como outros estados com a

abertura da AECIA para a visitação por outras experiências para que possam conhecer melhor a cooperativa.

Hoje ele participa da Rede ECOVIDA (uma rede formada por 340 grupos de agricultores familiares, abrangendo cerca de 4.500 famílias envolvidas) que tem a ESS como uma das formas de ações, segundo Souza (2008) é uma rede que tem como objetivo desenvolver tanto política quanto estruturalmente Agroecologia e ESS no nível macro e micro locais que estão.

A participação em eventos e feiras da ESS pela experiência, segundo Amorim (2011), serve como espaços para mudanças solidárias de informação e conhecimento, rodadas de negócios, articulação e integração entre os empreendimentos solidários, entre outros.

Com isso ser capaz de experimentar em um espaço de debates dos princípios da ESS na prática que colaboram no processo de transformação da sociedade. Não sendo apenas um evento destinado à compra e venda de mercadorias.

C) Viabilidade econômica

A questão da viabilidade econômica na experiência começa com o trabalho em CCC e, assim, construir mercados econômicos solidários como uma alternativa à comercialização tradicional ligada ao SAG.

Como ação econômica temos como uma das formas de desenvolvimento da CCC a venda através das feiras de produtores, que são locais onde a produção pode ser comercializada de forma alternativa tendo autonomia própria em relação ao mercado. (Veiga et al, 2017).

Também na experiência, trabalhamos com outras formas de home delivery CCC, mercado institucional, lojas de associações de consumidores, feiras e eventos, lojas especializadas independentes e também através de vendas online em lojas virtuais.

Além disso, ele também trabalha com a ideia de mercado justo, tanto nos mercados envolvidos e através de um acordo existente com os "Cooperativa dois consumidores de produtos biológicos de Três Cachoeiras (COOPET)" na província de Rio Grande do Sul, onde ambos o que será comprado e os valores serão discutidos por ambas as partes.

Desta forma, a experiência trabalha na construção e formação de uma cadeia produtiva agroecológica local que se dissocia da produção convencional do SAG.

Um dos problemas enfrentados pela experiência está relacionado aos desafios mercadológicos do acesso ao crédito, um imposto já que a própria cooperativa sendo pequena paga o mesmo que as grandes cooperativas ligadas ao SAG.

A viabilidade econômica também é buscada através da certificação participativa e solidária feita tanto pela certificação via OCS para a venda direta de produtos para os mercados e PNAE quanto pela ECOVIDA para os demais canais de venda.

A experiência da AECIA está gerando benefícios para o que muitas outras experiências usaram como base para a constituição da Economia Solidária e Agroecologia tanto na região quanto fora dela.

5.1 Grupo de Agrotecnologia ECONORTE

A) Viabilidade produtiva ecológica

A experiência está buscando a viabilidade produtiva ecológica através da mudança de uma agricultura convencional baseada no uso de sementes modificadas, fertilizantes químicos, pesticidas, monoculturas para a agricultura agroecológica. *“Usamos a Agroecologia que é produzir sem veneno e cuidar da terra.” (agricultora da ECONORTE). “Produzir sem usar veneno.” (agricultora da ECONORTE).*

Além disso, as práticas agroecológicas contribuem para proteger e restaurar os ecossistemas e a biodiversidade, reduzir o consumo de matérias-primas não renováveis, descarbonizar a economia.

Dentro dos princípios da ESS, a experiência também trabalha com o “consumo consciente e solidário” que a forma de um consumidor comprar produtos que são preferencialmente produzidos pela experiência e que causam menos problemas ambientais e sociais, como os produtos agroecológicos. *“Temos uma boa diversificação, fornecemos conforme nossa capacidade, existe um conceito ao qual trabalhamos que é o “consumo consciente” (da economia popular solidária), pois nem tudo que o cliente pedir vai obter, a natureza tem seu ritmo.” (agente da experiência).*

B) Viabilidade social e política

A forma escolhida para organizar os agricultores na experiência foi através da formação de um grupo, devido a não ter pessoas suficientes para formar uma cooperativa, até mesmo porque alguns de seus participantes já participavam de outra cooperativa de agricultura familiares a COOAFAN (Cooperativa Dos em São José do. Norte).

Para os agricultores, a função da organização coletiva é fazer uma transformação social para atender às demandas sociais, já que os objetivos econômicos serão alcançados por meio dessa transformação.

O grupo a partir desta organização pretende construir uma experiência baseada em um empreendedorismo solidário focado em gerar bem-estar social e em uma sobrevivência digna para seus associados.

Com relação à autogestão na experiência ela é intensa, democrática onde todas as decisões são tomadas pelo coletivo, onde todos têm igual direito de voto nas decisões, isto é, um membro, um voto.

Quanto aos princípios solidários acontece a partir de troca de favores entre os agricultores na ECONORTE, tendo eles uma forte ideia de que a solidariedade é muito importante para o desenvolvimento da experiência.

Tanto é assim que a cada mês eles se reúnem na casa de um dos participantes para definir todo o planejamento de produção e vendas que serão feitos no mês. Todas as decisões são tomadas de forma horizontal e participativa, por meio de votação, em que a maioria simples dos participantes define tudo o que é discutido. *“Todos o mês a gente se reúne e faz uma organização do que iremos produzir.” (agricultora da experiência). “Nas reuniões sempre ocorre a socialização e discussão de todos os assuntos que envolvem o grupo.” (agricultora da experiência). “Aqui a gente não decide nada sem fazer consulta ao grupo.” (coordenadora do grupo).*

Eles também aproveitam essa ida a casa do participante para visitar sua produção e desta forma ajudar na medida em que é possível trabalhando com os problemas enfrentados pelo agricultor e com possíveis resoluções coletivas, onde cada um contribua com suas ideias para ajudar no desenvolvimento.

Outra questão importante é a relação de confiança que tem entre eles, como exemplo, quando um agricultor não pode ir à feira ele envia seu produto para outro que faz a venda e depois entrega o recebido por estas, sem fazer qualquer tipo de cobrança por fazer este trabalho.

A capacitação dos participantes também é estimulada por meio de visitas e mudanças de experiências com outras associações e cooperativas, além de ajudar na capacitação de agricultores por meio de cursos.

Quanto a questão do gênero e do empoderamento social, político e econômico que as mulheres viram que a produção ecológica nas propriedades é feita por elas. *“Aqui tem muita a cultura do arroz e da cebola e da pesca que são as atividades dos homens e a horta é vista como uma subatividade desempenhada pelas mulheres. Como os homens trabalhavam muitos na cultura da cebola e na pesca a propriedade não se diversificava. Terminava a colheita da cebola já se ia para a pesca do camarão durante 4 a 5 meses e retornava para a cebola. A horta era feita pela mulher para se ter para comer verduras na propriedade. Quando começou a diversificação da propriedade os homens continuaram na cebola e a horta ficou sobre responsabilidade da mulher. Não se consegue fazer com que os homens vão para a horta.” (agricultora da ECONORTE).*

Segundo Pinheiro et al (2016), o processo de empoderamento das mulheres neste tipo de experiência de Empreendedorismo solidário acontece através da participação nos de tomada de decisões, onde elas têm a oportunidade de vivenciar e fazer trocas de experiências com outras mulheres.

C) Viabilidade econômica

A experiência surgiu dentro de um projeto de ESS e desde o início adotou seus princípios e a participação de grupos e redes existentes na região e que trabalhavam a partir deste modelo de economia.

Um diferencial do grupo que o define dentro dos chamados Empreendimentos de ESS segundo Lisboa (2005) é que o interesse econômico de ter mais lucro com a comercialização dos produtos se dá a partir de uma perspectiva social e ecológica.

A principal forma de comercializar a experiência é através de CCC que para Calle et al (2017), servem para construir circuitos econômicos locais dentro da ideia da ESS, bem como para pensar a realidade local do mercado existente.

Uma das formas de trabalhar com a ideia coletiva dentro da experiência ocorre, por exemplo, no caso da comercialização na feira. Como alguns agricultores têm dificuldade em fazer a venda de seus produtos ou não têm tempo para levar este produto para outros locais mais distantes de sua propriedade é feita uma divisão de trabalho.

Por esta razão, na feira da ECONORTE existe uma divisão no trabalho de venda realizado. *“Alguns produtores enviam os produtos e outros deixam na feira, mas são algumas feirantes que ficam fazendo a venda dos produtos” (agente da experiência).*

Outro princípio trabalhado é o comércio justo, que de acordo com Singer (2002), como sendo "o comércio diferencial de fluxos de base não conformidade com critérios de justiça e de solidariedade nas relações comerciais resultantes no papel de empreendimentos econômicos e Solidariedade (EES) através da participação e do reconhecimento da sua autonomia. Esse movimento amplia as possibilidades de apoio que a sociedade organizada e solidária pode oferecer aos produtores rurais e urbanos, uma vez que estes também são organizados e produzidos em solidariedade.

Também trabalha com a questão do preço justo nos seus produtos, isto é, que o preço do produto não está dentro da visão de mercado de procura e demanda, mas são os agricultores e consumidores que definem o valor do produto.

A participação em redes de ESS na região é outra visão que ao estar em um canal de compra e venda de produtos que seja baseado na ética e transparência entre seus atores, seja uma alternativa, por exemplo, aos supermercados.

Ao trabalhar com essas redes está aportando um desenvolvimento sustentável local na região, além de articular uma cadeia produtiva local e, assim, se afastar do controle que hoje possui o SAG dos canais tradicionais de comercialização.

A soberania alimentar é trabalhada na experiência mediante uma produção agroecológica nas propriedades, mas a ECONORTE tem um problema para que seja plena a soberania que é encontrar uma maneira de mudar a parte das áreas das propriedades que ainda têm uma produção convencional.

CONCLUSÃO

A agricultura familiar inserida na economia social solidária é viável pois possibilita aos agricultores uma melhora e mudança na questão econômica, social e política em relação à economia capitalista.

As experiências da COOPAECIA e do Grupo de Agroecologia ECONORTE no terreno da ESS mostram um giro positivo na adoção desta para a sustentabilidade e viabilidade de ambas.

Estas experiências com seus enfoques orientadas a uma nova economia, novas e distintas forma de relações de participação e de cooperação social, que buscam uma sustentabilidade econômica, social e política são exemplos de que um novo modelo de organização e produção baseada na ESS é possível e viável para a agricultura familiar no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S.A. de. Práticas cooperativas em redes de economia solidária sob a óptica da ação comunicativa: o caso da Rede Justa Trama. Universidade Fortaleza, 2009.

ALMEIDA RIBEIRO, Juliane de; TEIXEIRA VEIGA, Ricardo. Proposição de uma escala de consumo sustentável. Revista de Administração-RAUSP, 2011, vol. 46, no 1.

ALVES, Adilson Francelino; SAQUET, Marcos Aurelio. La reproducción de las cooperativas de agricultura familiar y economía solidaria: el caso de la unión nacional de cooperativas de la agricultura familiar y economía solidaria (UNICAFES). Perfil de Coyuntura Económica, 2014, no 23, p. 125-144.

BAREA, J. Concepto y agentes de la economía social. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa CIRIEC-España, nº. 8, p. 109-117, 1990.

CARPENTER, Ó. RIECHMANN, J. Pensar la transición: enseñanzas y estrategias económico-ecológicas. SEMIMONOGRÁFICO. PENSAR LA TRANSICIÓN (I), 2013.

CECCON ROCHA, B.; CECCON, E. La red del Comercio Justo y sus principales actores. Investigaciones geográficas, México, no 71, p. 88-101, 2010

COLLADO, Á. C. Nuevos movimientos globales. Hacia la radicalidad democrática, Madrid: Editorial Popular. 2005

COLLADO, Á.C.; SOLER MONTIEL, M. M.; VARA SÁNCHEZ, I. La desafección al sistema agroalimentario: ciudadanía y redes sociales. INTERFACE, 4 (2), 459-489, 2012.

COLLADO, Á. C.; CASADEVENTE, J. L. Economías sociales y economías para los Bienes Comunes. Otra Economía, São Leopoldo (RS), vol. 9, no 16, p. 44-68., 2015

COLLADO, Á. C.; PADILL, SURIÑACH, R.; Piñeiro, Conchi (2017) Comunes y economías para la sostenibilidad de la vida, In: Varios autores Rebeldías en común: Sobre comunales, nuevos comunes y economías cooperativas. 1 ed., Madrid: Libros en Acción, 2017, ISBN 978-84-946151-4-6, págs. 15-46

CORNELIAN Anderson Ricardo. A concepção de economia solidária em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas. 2006

CORREA, C. E.; MAGRI, C. A. Cooperativismo de Crédito Familiar Solidário: Instrumento de Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza. Passo Fundo: IFIBE, 2012.

CUELLAR, M. e REINTJES, C. Los sellos y sistemas de garantía para el comercio justo. 1ª. ed. Madrid. Icaria editorial. 2009 ISBN: 978-84-9888-093-9

CUÉLLAR PADILLA, Mamen; CALLE COLLADO, Ángel. Sistemas participativos de garantía: poder, democracia y agroecología. En I Congreso de Sociología de la Alimentación. 2009.

FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária; Cartilha Economia Solidária: Outra economia a serviço da vida acontece, 1 ed.; 2010.

FERREIRA, Elenar. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, p. 81-92.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária: uma abordagem internacional. UFRGS Editora, 2004.

FRAISSE, Laurent. Economía solidaria y democratización de la economía. Economía social y solidaria. Una visión europea, Buenos Aires, Fundación OSDE-Universidad Nacional de General Sarmiento-Editorial Altamira, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2007, no 79, p. 57-77.

GRISA, Catia et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: Apontamentos e Questões para o Debate. Retratos de Assentamentos, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 137-170, jan. 2010. ISSN 2527-2594. Disponível em:

<<http://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69>>. Acesso em: 15 jan. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2010.v13i1.69>.

GONZÁLEZ CALO, María Inés. Autogestión, relocalización y reapropiación de los sistemas agroalimentarios y su biodiversidad ecológica y cultural: construyendo mercados sustentables para nuestros alimentos desde propuestas agroecológicas. La experiencia de Ecovalle en el Valle de Lecrín (Granada). 2017.

GORDIANO, J. B. A. Red de agricultores tradicionales del estado de Amazonas-Reata como instrumento de consolidación de Agroecosistemas. Córdoba. 291 pág. Tese de Doutorado. Universidade de Córdoba. 2014

Guber, Rosana. 2001. "Observación participante". En La etnografía. Método, campo y reflexividad, 55-74. Bogotá: Norma.

IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados preliminares. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/> Acesso em 20/11/2018

IBGE Cidade Brasil Município de Antônio Prado Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/antonio-prado/panorama> . Acesso em: 01/12/2018

IBGE Cidade Brasil Município de Ipe Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ipe/panorama> Acesso em: 01/12/2018

JANÉ, J. G. Autogestión y Cooperativismo. Papeles de Economía Solidaria. Bilbao. Número 3. 9-13 pag. , Diciembre 2012

JOCILES, M. I., PIQUERAS, A., & RIVAS, A. M. (2002). Contexto etnográfico y usos de las técnicas de investigación de antropología social. En I. de la Cruz García (Ed.), Introducción a la Antropología para la Intervención Social. Valencia: Tirant lo Blanch

LAVILLE, J.-L. (dir.) L'économie solidaire. Paris: Desclée de Brouwer, 1994

LAVILLE, J.-.; Roustang, G. (1999). L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: Jacques Defourny et al. Economie sociale au Nord et au Sud. Bruxelles: Deboeck, p. 217-238.

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? Revista de Ciências Sociais, Ano 2, nº 1, 123 -140 pág., junho, 2002

MANCE, Euclides. Redes de colaboración solidaria. Recuperado el, 2002, vol. 10.

MANCE, Euclides André. Fome zero e economia solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil. IFIL, Instituto de Filosofia da Libertação, 2004.

MEIRINHOS, M.; OSÓRIO, A. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. EduSer-Revista de educação, Bragança, Portugal, vol. 2, no 2. 2010

NETO, Eduardo Augusto Ventura. HETEROGESTÃO E AUTOGESTÃO, duas formas de controle da produção e do trabalho no capitalismo contemporâneo: a experiência da COPALA. 2010. 98f. Dissertação (Pós- Graduação) - Universidade Federal do Pará, 2010.

OLIVEIRA, D. "Produção de conhecimentos e inovações na agricultura ecológica: o caso da Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado (AECIA)". Porto Alegre. 230 f. Tese para Doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.

OLIVEIRA, P. S. de O.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C. Canais de comercialização de orgânicos: alternativas para os agricultores familiares do leste paulista Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté, SP. v. 12, n. 3, p. 81-103, set-dez/2016

ONU. La Economía Social y Solidaria y el Reto del Desarrollo Sostenible. Disponibilidade: [http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/\(httpPublications\)/F7443A8DB51FD0ECC1257D1E0034DCB1?OpenDocument](http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/(httpPublications)/F7443A8DB51FD0ECC1257D1E0034DCB1?OpenDocument) [20/11/2018].

ORTIZ ROCA, H. Economia Solidária: hacia una nueva civilización. Programa de Economia Popular Solidária da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2001.

ORTIZ, Alfonso. Entrevistas semiestructuradas: una aplicación en educación primaria. 1998.

OTTMANN, Graciela. Reflexiones desde la Agroecología sobre la experiência de Agricultura urbana. Rosario, Argentina. En XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología y VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires, ALAS, Buenos Aires. 2009.

PÉREZ OROZCO, Amaia (2004): "Estrategias feministas de deconstrucción del objeto de estudio de la economía". Foro Interno 4, pp. 87-117. Universidad Complutense

PÉREZ DE MENDIGUREN, J. C., ETXEZARRETA, E. y GURIDI, L. (2009): Economía Social, Empresa Social y Economía Solidaria: diferentes conceptos para un mismo debate. Papeles de Economía Solidaria, 1: 1-41.

PINHEIRO, Luana Simões, et al. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. 2016.

RAZETO, L. Lecciones de economía solidaria. Realidad, teoría y proyecto. Santiago: Ediciones Uvirtual, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, P. B. Metodología de la Investigación, 1994.

SANTOS, L., et al. Políticas públicas para o comércio de produtos orgânicos no Brasil. Revista

SACHS, I (2002): Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. SEBRAE, Brasília.

SHERER, M.P.; POLEDNA, S.R.C. Marketing verde: um instrumento de competitividade ou de sobrevivência. In: CLADEA-XXXVII Assembléia do Conselho Latino Americano de Escolas de Administração. Porto Alegre: CLADEA 2002.

SOUZA, Marcelo Santos, et al. Desafios Da Construção De Mercados De Orgânicos Frente Às Transformações Do Varejo Alimentar: Reflexões A Partir Da Sociologia Econômica. En 46th Congress, July 20-23, 2008, Rio Branco, Acre, Brasil. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002

____. Globalização e Desemprego. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2003

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

DA TRINDADE VIEGAS, Maurício; ROVER, Oscar José; MEDEIROS, Monique. Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2017, vol. 42.

YIN, R. K. (1994). Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos (2 ed.). Porto Alegre: Bookman.